

October 2021 | PT

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- GA
- HR
- IT
- LV
- LT
- HU
- MT
- NL
- PL
- FI
- RO
- SK
- SL
- SV

Available Languages:

EDITORIAL



Um ano do novo mandato do CESE: o primeiro balanço

Um ano do novo mandato do CESE: o primeiro balanço

Todos nós nos lembramos do dia em que iniciámos o novo mandato: 28 de outubro de 2020, no auge da pandemia, e a reunião plenária teria de decorrer em formato virtual. Tudo era surreal; o futuro parecia incerto; ninguém sabia quando e como uma vacina estaria disponível, mas conseguimos dar início ao nosso trabalho.

A pandemia levou a uma crise sanitária à escala mundial, com a perda de milhões de vidas, e a uma crise económica mundial que estamos a tentar ultrapassar. Nesta conjuntura dramática, a União Europeia mostrou força e determinação para avançar muito rapidamente com medidas sem precedentes. No domínio da saúde, a aquisição de equipamento médico e de proteção, bem como as medidas tomadas relativamente às vacinas, apoiaram os nossos serviços nacionais de saúde. Do ponto de vista económico e financeiro, a UE adotou medidas de emergência e financiamento sem precedentes, incluindo o instrumento SURE, para atenuar os riscos de desemprego, e o Instrumento de Recuperação da União Europeia (NextGenerationEU).

Além disso, o ano passado foi marcado por um aumento dos fenómenos relacionados com as alterações climáticas: incêndios em França, em Itália e na Grécia, inundações na Bélgica, nos Países Baixos e na Alemanha e o degelo de glaciares na Gronelândia. O ambiente é como o corpo humano: está a enviar sinais claros sobre o seu estado de saúde. A sociedade está agora atenta a estas questões e mais consciente, e os jovens são intervenientes fundamentais nestas batalhas, com o movimento «Fridays for Future» [Sextas-feiras pelo Futuro], que insta os políticos a tomarem medidas concretas e atempadas para garantir um futuro para a Terra. A Comissão Europeia deu um novo impulso à sua política ambiental com o Pacto Ecológico: estamos no bom caminho.

Os últimos meses foram marcados pelo lançamento da Conferência sobre o Futuro da Europa, uma oportunidade extraordinária para os cidadãos se pronunciarem sobre a configuração da União Europeia.

O CESE tem estado fortemente empenhado em cada uma destas questões. Elaborou e enviou às instituições pareceres e declarações sobre a União da Saúde, o Instrumento de Recuperação da União Europeia, o Pacto Ecológico e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Os cidadãos, os trabalhadores, os empresários e a sociedade civil organizada no seu conjunto têm uma voz e esta

voz tem de ser ouvida.

Em setembro, a presidente Ursula von der Leyen convidou a campeã paraolímpica italiana Bebe Vio para o seu discurso sobre o estado da União: uma jovem que combateu e superou todas as formas de adversidade desde criança. As suas palavras devem incentivar-nos, especialmente a geração mais jovem, a construir uma União Europeia de solidariedade e diversidade: «Se algo parecer impossível, então é exequível».

Giulia Barbucci, vice-presidente do CESE

AGENDA

27-28 de outubro de 2021, Bruxelas

6.ª reunião do Fórum Europeu sobre Migração

31 de outubro – 12 de novembro de 2021, Glasgow

COP26 – Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

18-19 de novembro de 2021, Lisboa

Seminário de sobre o tema «Conectar a UE»

8-9 de dezembro de 2021, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

Cerimónia de entrega do Prémio CESE para a Sociedade Civil 2021

DIRETO AO ASSUNTO!

Direto ao assunto!

Bem-vindo à nossa nova rubrica «Direto ao assunto», na qual solicitamos aos membros do CESE que partilhem com os leitores temas, pareceres ou eventos com um impacto importante na vida quotidiana da UE. Nesta

edição damos a palavra a Andrej Zorko, relator do Parecer exploratório – Elementos essenciais para um trabalho sustentável e de qualidade durante e após a recuperação, solicitado pela Presidência eslovena do Conselho da UE e adotado pelo CESE na sua reunião plenária de setembro.

Andrej Zorko vai direto ao assunto e explica porque é necessário velar pela aplicação sistemática do princípio «assegurar a qualidade do trabalho para garantir a qualidade de vida» durante e após a recuperação da crise da COVID-19. Por que razão o CESE atribui tanta importância a esta ideia e porque considera que é necessário dar-lhe especial atenção nas políticas da UE?



Qualidade do trabalho como contributo para a qualidade de vida: um princípio a seguir

Por Andrej Zorko (Grupo dos Trabalhadores), relator do Parecer exploratório – Elementos essenciais para um trabalho sustentável e de qualidade durante e após a recuperação.

A qualidade do trabalho constitui um elemento fundamental da qualidade de vida. É necessário seguir esse princípio em todos os momentos, uma vez que se trata de uma condição imprescindível para o desenvolvimento social sustentável.

Por conseguinte, o CESE manifesta a firme convicção de que as políticas da UE devem consagrar especial atenção a este princípio, a fim de evitar os riscos de desigualdade, pobreza, exclusão social, *dumping* social e concorrência desleal. O CESE considera que a retoma económica é indissociável da recuperação social.

Os problemas e desafios existentes devem ser enfrentados à luz dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Deve também ter-se em conta as normas internacionais da OIT em matéria de trabalho digno, a par da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

O CESE está ciente da diversidade e do caráter multifacetado do conceito de trabalho sustentável e de qualidade e salienta também que este é constituído por várias componentes que afetam direta ou indiretamente a qualidade de vida das pessoas, os direitos dos trabalhadores e a segurança social dos trabalhadores.

Garantir condições equitativas e competitivas para a economia europeia, investir na inovação e no desenvolvimento, evitar o *dumping* social, incentivar a criação de emprego e assegurar condições de trabalho equitativas e subvenções adequadas devem ser elementos essenciais das estratégias da União Europeia e dos Estados-Membros e podem contribuir significativamente para melhorar a qualidade do trabalho.

Nesta linha de pensamento, é crucial o diálogo social a nível nacional e da UE, tanto bipartido como tripartido. O CESE recomenda que se tire partido do conteúdo tradicional do diálogo social, de forma a incluir outros conteúdos mais estratégicos e orientados para a sustentabilidade e soluções. Tal poderá traduzir-se, por exemplo, em antecipar as necessidades futuras das empresas e dos trabalhadores com determinadas competências e aptidões, atividades conjuntas para formar trabalhadores, garantir uma transição justa para a economia digital e a economia verde e regulamentar e elaborar soluções equilibradas para o trabalho das plataformas em linha, bem como outras questões igualmente importantes para o desenvolvimento.

O CESE constata que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência não aborda diretamente as componentes do trabalho de qualidade, pelo que insta a Comissão a complementar esta parte do mecanismo. Os grupos vulneráveis, como os trabalhadores precários e jovens, os mais afetados pela epidemia, não devem ser ignorados.

Em última análise, podemos afirmar que cabe à Comissão, aos Estados-Membros e aos parceiros sociais europeus e nacionais a responsabilidade de dedicar maior atenção às questões do trabalho digno e de qualidade e de planear e aplicar medidas que garantam um trabalho sustentável e de qualidade, em conjunto com todas as outras partes interessadas pertinentes.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão de atualidade que nos pareça particularmente pertinente.
Para a edição de outubro, pedimos a **Ionuț Sibian**, vice-presidente da Secção das Relações Externas e presidente do Comité de Acompanhamento para os Balcãs Ocidentais, que comentasse a futura adesão dos países dos Balcãs Ocidentais.

Papel da sociedade civil está a colmatar fosso entre política e cidadãos

***CESE Info*:De que forma pode a sociedade civil contribuir para o processo de negociação e futura adesão dos países dos Balcãs Ocidentais?**

Ionuț Sibian: O CESE está convicto de que a sociedade civil tem de desempenhar um papel ativo no processo de alargamento, estabelecendo a ponte entre a política e as pessoas e contribuindo para avaliar se princípios fundamentais como a liberdade de expressão, o Estado de direito, a independência dos meios de comunicação social, a igualdade de tratamento, a luta contra a corrupção e a prevenção dos conflitos de interesse são efetivamente aplicados na prática.

O nosso Comité sempre defendeu a participação sistemática das organizações da sociedade civil no planeamento, na programação, na execução e no acompanhamento dos processos de reforma com vista à adesão. Trata-se de um princípio que se aplica aos governos dos Balcãs Ocidentais, mas que as próprias instituições da UE também devem pôr em prática.

No Parecer – Reforçar o processo de adesão – Uma perspetiva credível de adesão à UE para os Balcãs Ocidentais, adotado em março de 2021, o CESE recomenda à Comissão Europeia que reconheça melhor o papel da sociedade civil no contexto da nova metodologia e lhe atribua um papel mais proeminente no processo de alargamento, o que ajudaria a enfrentar desafios não apenas políticos, mas também económicos e sociais. Desta forma, é necessário que o reforço da capacidade dos parceiros sociais e de outras organizações da sociedade civil a nível nacional, a facilitação da cooperação regional, bem como o intercâmbio de conhecimentos especializados, continuem a ser áreas prioritárias para o financiamento da UE.

Além disso, no intuito de verificar a transparência e a responsabilização das elites políticas dos Balcãs Ocidentais, a UE deve solicitar às organizações da sociedade civil da região que realizem regularmente relatórios-sombra sobre o estado da democracia. O CESE solicitou igualmente à Comissão que os relatórios por país incluídos no seu pacote anual do alargamento sigam uma estrutura clara para acompanhar a forma como os governos dos Balcãs Ocidentais lidam com a sociedade civil, em conformidade com as orientações e diretrizes estratégicas da DG NEAR para o apoio da UE à sociedade civil na região do alargamento para o período 2021-2027. Tal permitiria responder com ações políticas em caso de retrocessos e recompensar com vantagens mais concretas os progressos realizados pelos países em processo de adesão.

Que papel cabe ao Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais criado pelo CESE?

O Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais é um dos instrumentos de trabalho do CESE para os Balcãs Ocidentais Complementa o seu o trabalho bilateral com os países que negoceiam a sua adesão à UE, através dos comités consultivos mistos (CCM) previstos nos acordos de estabilização e de associação.

O Fórum da Sociedade Civil do CESE reúne-se de dois em dois anos desde 2006 e constitui uma oportunidade para trocar pontos de vista sobre a situação atual, as necessidades e o desenvolvimento futuro da sociedade civil na região. Reúne organizações da sociedade civil dos países dos Balcãs Ocidentais, membros do CESE, representantes dos conselhos económicos e sociais nacionais e instituições similares, assim como representantes das instituições da UE e de organizações internacionais. Os participantes adotam recomendações dirigidas às autoridades nacionais e às instituições europeias. O Fórum deste ano realizou-se em Escópia (em 30 de setembro e 1 de outubro) imediatamente antes da Cimeira UE-Balcãs Ocidentais que teve lugar em Brdo, na Eslovénia, em 6 de outubro, e a declaração final do Fórum foi distribuída a todas as partes interessadas antes da cimeira. As recomendações também incluem orientações para o futuro trabalho do CESE com a região.

Ionuț Sibian, presidente do Comité de Acompanhamento para os Balcãs Ocidentais

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



A convidada surpresa

Todos os meses, convidamos os nossos leitores a descobrir uma personalidade cujo trabalho e empenho são uma fonte de inspiração para os outros. Temos o prazer de apresentar personalidades de destaque do mundo da cultura, da política e da ciência, cuja atividade e criatividade são um convite à ação e à mobilização. Trata-se de pessoas que contribuem para moldar a realidade em que vivemos.

Na edição de outubro do Boletim CESE Info, convidámos Caroline Pauwels, reitora da Vrije Universiteit Brussel (Universidade Livre de Bruxelas), que nos fala sobre o impacto da pandemia nos jovens e no meio académico e apresenta três lições pós-pandemia que podem afetar o futuro dos estudantes.

Caroline Pauwels iniciou o segundo mandato como reitora da Vrije Universiteit Brussel em setembro de 2020. Estudou filosofia e ciências da comunicação, sendo membro do departamento de ciências da comunicação desde 1989, que dirigiu nos últimos anos. Doutorou-se em 1995 com uma tese sobre a política audiovisual da União Europeia. De 2000 a 2016, dirigiu o centro de investigação SMIT, especializado em tecnologias da informação e comunicação, que se tornou parte do iMinds (atualmente IMEC) em 2004. No iMinds, dirigiu o departamento da sociedade digital, que reúne grupos de investigação das universidades de Gante, Lovaina e Bruxelas. A Universidade de Gante atribuiu a Caroline Pauwels a cátedra Francqui de 2012 a 2014. Foi membro de vários conselhos de administração e comissária governamental responsável pela VRT (radiotelevisão flamenga), sendo atualmente membro da Academia Real Flamenga da Bélgica das Ciências e Artes. (ehp)



A universidade durante a pandemia e um ano mais tarde, por Caroline Pauwels

No início de setembro de 2021, juntamente com os reitores das outras cinco universidades fundadoras da nossa rede europeia Eutopia, recebi em Bruxelas os reitores das três universidades que aderiram recentemente à rede. Foram encontros muito especiais por uma série de razões.

A primeira, e provavelmente a principal, reside no facto de termos conseguido finalmente reunir-nos presencialmente após todos estes meses. Quando, em março de 2020, de um momento para o outro tivemos de tomar a decisão de prosseguir o trabalho da universidade em linha, achávamos que seria por pouco tempo. Até porque, nessa altura, nenhum de nós fazia ideia de até que ponto seria possível manter uma universidade a funcionar em linha. Mas, de uma forma ou de outra, conseguimos. Rapidamente se ministrou formação aos professores sobre novas formas de organizar o ensino em linha, se elaboraram protocolos para prosseguir o trabalho essencial nos laboratórios e se criaram novos órgãos de direção temporários para orientar a universidade durante estes tempos extraordinários. Conseguimos, graças à dedicação e à perseverança inabalável de muita gente.

Podem retirar-se muitos ensinamentos do período que atravessámos, mas gostaria de salientar especialmente três.

Um, a desigualdade existe e a COVID-19 tornou-a bem patente. Na nossa sociedade, a probabilidade de adoecer ou de morrer não é igual para todos. As pessoas pobres, as pessoas com menos escolarização, as pessoas de cor ou oriundas da imigração foram mais duramente atingidas por esta crise. Esta realidade também foi palpável entre os nossos alunos. Como seguir um ensino à distância quando não se tem um computador nem espaço para estudar ou quando é necessário partilhá-lo com irmãos? Como prosseguir os estudos quando não se sabe como pagar as contas, porque deixou de haver postos de trabalho para estudantes? A desigualdade existe e está a acentuar-se.

Dois, esta geração de estudantes é forte e resiliente. Ao longo do último ano e meio, realizaram um trabalho extraordinário, por vezes num contexto muito difícil. Estou a pensar, em especial, nos representantes dos estudantes. No último ano e meio, foram verdadeiros cogestores da universidade. Estou-lhes verdadeiramente grata pela sua nova forma de ver as coisas, pelas suas inúmeras sugestões inspiradoras, pelas suas críticas, por vezes duras, mas justas e sempre construtivas.

Três, embora estejamos todos satisfeitos por podermos regressar ao câmpus universitário, devemos dar uma verdadeira oportunidade ao ensino baseado em formas mistas de aprendizagem – na sala de aula, em linha e fora do câmpus – uma oportunidade justa e, acima de tudo, uma grande oportunidade. Durante demasiado tempo, o nosso projeto pedagógico baseou-se principalmente no ensino *ex cathedra*. Devemos consagrar mais tempo e mais espaço à aprendizagem informal e interativa. A aprendizagem mista pode ajudar a tornar esta transição uma realidade.
Já antes da COVID-19 a minha universidade havia iniciado este movimento no sentido de adotar formas de aprendizagem mais mistas. Com o projeto weKONEKT.brussels, os estudantes puderam entrar em contacto com a cidade, com a área profissional e com os profissionais. O facto de terem aulas no ambiente que poderá vir a ser o seu futuro local de trabalho e de envolver os profissionais no ensino não só enriqueceu o processo educativo como também permitiu aos estudantes obter uma imagem mais realista do mercado de trabalho.

Vamos agora partilhar este modelo com os nossos parceiros da Eutopia. Estamos convictos de que este é o caminho a trilhar para assegurar que os nossos alunos, depois de formados, se encontram preparados para o futuro e estão dotados das aptidões e competências necessárias para enfrentar os desafios que terão pela frente numa fase posterior da vida.

Caroline Pauwels



Herman van Rompuy: The old poet speaks gently

We are pleased to continue the publication of the series of haikus, under the common title "The old poet speaks gently", offered to us by their author, Herman van Rompuy, former president of the European Council.

Original version of haikus is in French.

***

Summer slowly slips away
To the colours of autumn
The eternal charm

***

Butterflies fly
Without even knowing
In which countries they are

***

The light is still bright
The leaf hanging on the branch
Time slips away slowly



Herman van Rompuy : Le vieux poète parle doucement

Nous sommes heureux de poursuivre la publication de la série de haïkus, sous le titre commun "Le vieux poète parle doucement", que nous a offerts leur auteur, Herman van Rompuy, ancien président du Conseil européen.

***

L'été glisse lentement
Aux couleurs de l'automne
Le charme éternel

***

Les papillons volent
Sans même savoir
Dans quels pays ils sont

***

La lumière est encore vive
Le feuille suspendue à la branche
Le temps glisse lentement

NOTÍCIAS DO CESE



Elisa Ferreira, comissária europeia, e Christa Schweng, presidente do CESE: Coesão deve estar no cerne da Europa pós-COVID-19

A política de coesão é fundamental para desenvolver uma nova visão para a União Europeia no período pós-COVID-19, centrada na prosperidade, na inclusão e na sustentabilidade ambiental, com a plena inclusão da sociedade civil organizada. Esta foi a mensagem de Christa Schweng, presidente do CESE, partilhada por Elisa Ferreira, comissária da Coesão e Reformas, na reunião plenária do CESE de setembro.

Desde o início da crise da COVID-19, a política de coesão tem sido vital para encontrar soluções perante a situação de emergência. No período de programação 2021-2027, esta política deve continuar a ser utilizada para enfrentar os desafios e as desigualdades existentes entre os Estados-Membros, bem como no seu interior entre as regiões, os municípios e as populações, que se agravaram durante a pandemia.

«A política de coesão desempenha um papel fundamental na garantia de uma recuperação equilibrada em que ninguém fica para trás. O princípio da parceria com as organizações da sociedade civil faz parte do ADN desta política, e gostaríamos que fosse alargado ao Instrumento de Recuperação da União Europeia (Next Generation EU) e à execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência. A política de coesão deve também tornar-se menos burocrática, mais digitalizada e mais eficaz», afirmou **Christa Schweng**.

Elisa Ferreira observou que a crise da COVID-19 agravou as desigualdades existentes e criou novas desigualdades, afetando, em particular, os trabalhadores na linha da frente, os grupos vulneráveis, como os idosos e as pessoas com deficiência, as pessoas com menos acesso aos serviços e aqueles que foram mais atingidos pelos efeitos do confinamento, como as mulheres e os jovens: «A nossa União é tão forte como o seu elo mais fraco. Combater e reduzir as desigualdades é uma condição indispensável para uma União forte e próspera. A justiça social e a inclusividade devem estar no cerne da nossa recuperação. Não podemos resolver os problemas sociais sem resolver as desigualdades territoriais e regionais. Temos de ter em conta os locais onde as pessoas vivem». (mp)



Liberdade dos meios de comunicação social deve ocupar lugar de destaque na nossa agenda

O **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** junta-se aos esforços da UE para inverter a tendência preocupante do declínio nas liberdades dos meios de comunicação social e do aumento das restrições à independência jornalística, na sequência de uma pressão crescente exercida por várias estruturas de poder e empresariais, remuneração baixa, concentração da propriedade dos meios de comunicação social e proliferação de notícias falsas nas redes sociais e noutros canais.

Num debate realizado com **Julie Majerczak**, chefe do Gabinete dos Repórteres sem Fronteiras de Bruxelas, e **Ricardo Gutiérrez**, secretário-geral da Federação Europeia dos Jornalistas, na sua reunião plenária de setembro, o CESE manifestou preocupação pelo facto de os jornalistas serem, cada vez mais, alvo de ataques verbais e físicos. Desde 2015 foram assassinados 16 jornalistas.

«Assistimos a tendências na Europa que consideramos inaceitáveis. A liberdade e a diversidade dos meios de comunicação social são condições essenciais para o bom funcionamento da democracia e, por conseguinte, dizem respeito a todos nós. O jornalismo profissional nunca poderá ser substituído por algoritmos, agregação de notícias e redes sociais», afirmou **Christa Schweng**, presidente do CESE.

O CESE aprovou as iniciativas mais recentes da Comissão Europeia, incluindo a recomendação relativa à segurança dos jornalistas, apresentada na semana passada pela comissária Věra Jourová. Congratulou-se com o discurso da presidente da Comissão sobre o estado da União, no qual Ursula von der Leyen anunciou os planos de elaboração de uma lei europeia sobre a liberdade dos meios de comunicação social.

Contudo, no Parecer – *Assegurar a liberdade e a diversidade dos meios de comunicação social na Europa*, adotado na reunião plenária, o CESE apelou à Comissão para que aplique regras gerais de condicionalidade e imponha sem demora sanções orçamentais aos países onde a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social estejam gravemente ameaçados.

O relator do parecer, **Christian Moos**, advertiu: «Formular recomendações sobre a proteção e a segurança dos jornalistas não será suficiente. Não há tempo a perder. Os Estados-Membros que asfixiam a liberdade dos meios de comunicação social devem ser excluídos do Instrumento de Recuperação da UE (Next Generation EU). O regulamento relativo ao regime de condicionalidade deve ser aplicado. A Hungria e a Polónia estão a destruir ativamente, ou já destruíram, a liberdade dos meios de comunicação social. Os seus governos devem restabelecer a democracia e o Estado de direito, sob pena de não poderem continuar a ser membros da UE, que garante juridicamente a democracia e o Estado de direito e – como pré-requisito indispensável para ambos – a liberdade dos meios de comunicação social.»

Julie Majerczak e **Ricardo Gutiérrez** expressaram o seu apoio ao parecer do CESE e à ação da UE para garantir a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social, mas salientaram a importância de assegurar que as recomendações da Comissão e o plano proposto não se ficam pelo papel. (ll)



Sociedade civil é fundamental para passar das palavras aos atos – Presidente do CESE, Christa Schweng, congratula-se com as prioridades e ambições estabelecidas no discurso sobre o estado da União

Uma forte ênfase na recuperação da UE, na União da Saúde e na digitalização, uma posição firme sobre a defesa do Estado de direito e um destaque para o futuro da Europa: o CESE congratula-se com estes pontos do discurso sobre o estado da União de 2021, que estão em consonância com as suas prioridades.

A prioridade do CESE continua a ser a execução das reformas previstas nos planos nacionais de recuperação e resiliência, nas quais devem ser tidas em conta as necessidades dos empregadores, dos trabalhadores e da sociedade civil em geral.

«A transformação destas reformas em ações só será possível com a plena participação da sociedade civil organizada», afirmou **Christa Schweng**, presidente do CESE.

A rapidez com que as vacinas contra a COVID-19 foram criadas, produzidas e distribuídas mostra que a Europa está a alcançar resultados. Uma verdadeira União da Saúde, tal como salientado pela presidente da Comissão, **Ursula von der Leyen**, é uma das principais prioridades do mandato atual do CESE.

No que diz respeito ao investimento em tecnologias futuras, o CESE salienta que a UE tem de desenvolver a sua própria visão e estratégia de soberania digital mantendo-se aberta ao comércio livre e continuando a apoiar o sistema multilateral.

Christa Schweng congratula-se igualmente com o firme apoio da Comissão Europeia ao Estado de direito. Temos de defender os valores europeus.

Para o CESE, o futuro sucesso do modelo económico e social da Europa dependerá, em grande medida, da nossa capacidade de parceria e de ligação com o resto do mundo, desde os nossos vizinhos mais próximos, como os Balcãs Ocidentais, a outros parceiros estratégicos geopolíticos. (at)



Empenho renovado da UE na luta contra o tráfico de seres humanos deve produzir resultados concretos

O CESE apoia globalmente a nova estratégia da UE de luta contra o tráfico de seres humanos 2021-2025, mas chama também a atenção para a necessidade de integrar a dimensão social nessa política.

No que diz respeito aos direitos das vítimas e à dimensão social, a nova estratégia da UE de luta contra o tráfico de seres humanos é insuficiente. O CESE considera que a situação das vítimas não é tratada de forma sistematicamente humana ao longo da estratégia.

Carlos Manuel Trindade, relator do CESE, assinalou que «o tráfico de seres humanos provoca um sofrimento atroz nas vítimas: é um ataque à sua dignidade. Por conseguinte, a dimensão social deve ser integrada nesta luta.»

Face ao crescimento dos lucros deste crime e ao aumento do número de vítimas, o CESE saúda a posição da Comissão no sentido de assegurar a aplicação da Diretiva relativa à luta contra o tráfico de seres humanos em todos os Estados-Membros e a sua revisão com base numa avaliação rigorosa das limitações identificadas e da evolução no domínio do tráfico de seres humanos.

Além disso, o CESE salienta a necessidade de reforçar as sanções e apoia o estabelecimento de normas mínimas a nível da UE que criminalizem as redes envolvidas no tráfico e na exploração de seres humanos.

Integrar a dimensão social na aplicação da estratégia

A estratégia falha rotundamente no reconhecimento e na aplicação dos direitos das vítimas, que devem ser uma preocupação central na defesa da dignidade e dos direitos humanos. As vítimas devem ter o direito de se integrar na sociedade de acolhimento através de um processo de inserção adequado e célere.

O parecer destaca igualmente a necessidade de criar condições económicas e sociais dignas e adequadas para as populações nos países de origem, sendo esta a melhor garantia para reduzir ou prevenir o recrutamento das vítimas de tráfico.

Por último, a nova estratégia deve reconhecer o apoio considerável prestado por redes comunitárias de solidariedade na proteção, no acolhimento e na integração das vítimas, bem como o trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil. (at)



CESE: regresso voluntário pode tornar-se eufemismo para expulsões

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) congratulou-se com os esforços da Comissão para harmonizar as medidas que regulam o regresso voluntário dos migrantes e a sua reintegração no país de origem. Todavia, tem reservas quanto à exequibilidade de algumas das propostas e manifestou preocupação com o facto de os regressos voluntários poderem transformar-se em expulsões de migrantes da UE.

O CESE salientou que a maioria dos regressos não funciona corretamente devido à falta de envolvimento dos países de origem e à relutância das pessoas em situação irregular em participar.

O ponto de vista do CESE foi apresentado no Parecer – Estratégia sobre o regresso voluntário e a reintegração, adotado na plenária de setembro, em que o Comité examina atentamente a estratégia que é um dos principais objetivos do Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo.

O CESE reitera as suas críticas anteriores ao pacto, que se centra quase exclusivamente na luta contra as situações irregulares na fronteira ou no regresso voluntário ou forçado, sem no entanto proporcionar uma abordagem global para gerir a migração através da promoção de uma mobilidade segura e legal. O CESE vê nesta abordagem uma fraqueza estratégica da política de migração e asilo da UE.

«Importa gerir as situações irregulares antes da sua ocorrência. Para tal, temos de assegurar vias seguras e eficazes de entrada na UE. Se formos bem-sucedidos, veremos uma redução das chegadas irregulares», afirmou o relator do parecer, **José Antonio Moreno Díaz**.

A atual abordagem fragmentada apresenta uma série de lacunas.

Os incentivos aos países de origem podem, na verdade, desencorajá-los de tentar reduzir o fluxo de migrantes, pois são concedidos ao abrigo de programas que implicam a existência de pessoas em situação irregular.
O CESE manifesta particular preocupação com o objetivo do pacto de aumentar o número de procedimentos de regresso voluntário rápidos nas fronteiras externas da UE.

«Esses procedimentos de regresso célere são realmente voluntários ou são expulsões? Ao CESE preocupa o facto de os “regressos voluntários” poderem tornar-se um eufemismo para designar expulsões ou a compensação financeira concedida aos países de destino que recebem esses repatriados, sem sequer ter em conta os seus desejos ou, o que é ainda mais preocupante, os seus direitos», declarou **José Antonio Moreno Díaz**.

Em suma, para o CESE a colaboração com países terceiros em qualquer aspeto deve assentar no respeito pelo direito internacional público por esses países, bem como na proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.



IA na Europa: nem todas as decisões se resumem a “zeros” e “uns”

Em dois relatórios relativos a projetos de legislação sobre a inteligência artificial (IA), o CESE apela a uma proibição total da classificação social e a um mecanismo de reclamação e recurso para as pessoas que foram lesadas por um sistema de IA.

Na reunião plenária de setembro, o CESE acolheu favoravelmente a proposta de Regulamento Inteligência Artificial e a comunicação sobre um plano coordenado em matéria de IA.

O CESE considera que a nova legislação coloca efetivamente a tónica na saúde, na segurança e nos direitos fundamentais e tem um impacto global ao estabelecer uma série de requisitos a cumprir pelos programadores, dentro e fora da Europa, se quiserem comercializar os seus produtos na UE.

O CESE considera que as propostas apresentam algumas lacunas, nomeadamente no que se refere à «classificação social». O Comité alerta para o perigo de esta prática ganhar terreno na Europa como está a acontecer na China, onde o governo pode mesmo negar o acesso das pessoas a serviços públicos.

O projeto de Regulamento Inteligência Artificial prevê efetivamente a proibição da classificação social por autoridades públicas, mas segundo o CESE há que alargar a sua aplicação às organizações privadas e às autoridades semipúblicas, para excluir utilizações que visem, por exemplo, determinar se certa pessoa é elegível para um empréstimo ou um crédito hipotecário.

O CESE alerta igualmente para os perigos de categorizar os sistemas de IA de risco elevado, pois essa abordagem pode normalizar e generalizar uma série de práticas de IA que ainda são objeto de duras críticas. Assim, seria permitido o reconhecimento biométrico, que comporta o reconhecimento de emoções ou afetivo, em que se analisam as microexpressões faciais de uma pessoa, o tom de voz, a postura e os gestos para predizer o comportamento futuro, detetar mentiras e mesmo para verificar se alguém poderá ter êxito num emprego. Também seria permitido avaliar, classificar e mesmo despedir trabalhadores com base na IA ou até avaliar estudantes em exames.

Além disso, os requisitos propostos aplicáveis aos sistemas de IA de elevado risco nem sempre podem minorar os danos que essas práticas colocam à saúde, à segurança e aos direitos fundamentais. Por essa razão, importa criar um mecanismo de reclamação e recurso para que as pessoas lesadas por sistemas de IA tenham o direito de recorrer de decisões tomadas com base exclusivamente num algoritmo.

De modo geral, na opinião do CESE, o Regulamento Inteligência Artificial assenta na premissa de que, uma vez cumpridos os requisitos para sistemas de IA de risco médio e elevado, a IA pode substituir, em grande medida, a decisão humana.

«O CESE desde há muito que defende a abordagem assente na “detenção do controlo da IA por humanos”, pois nem todas as decisões podem ser reduzidas a “zeros” e “uns”», afirmou **Catelijne Muller**, relatora do Parecer do CESE – Regulamento Inteligência Artificial. «Muitas decisões têm uma componente moral e implicações jurídicas graves ou um grande impacto social, por exemplo no sistema judicial, na manutenção da ordem pública, nos serviços sociais, na habitação, nos serviços financeiros, na educação e nas relações laborais. Estaremos verdadeiramente dispostos a permitir que a IA substitua a tomada de decisões humana, incluindo em processos cruciais, como a manutenção da ordem pública e o sistema judiciário?» (dm)



Primeiro Dia Biológico da UE: CESE salienta a importância de se dispor de sistemas alimentares mais sustentáveis, mais justos e mais inclusivos

Com a Europa a recuperar lentamente da crise da COVID-19, chegou o momento de passar das palavras aos atos e aplicar a Estratégia do Prado ao Prato. O CESE é um firme defensor do apoio à transformação dos sistemas alimentares europeus para que estes se tornem mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, económico e social. Salienta também que a cooperação (e não a concorrência) entre os operadores da cadeia alimentar é essencial para promover um sistema alimentar mais resiliente e inclusivo, a fim de assegurar uma repartição equitativa entre todos.

A União Europeia celebrou o seu primeiro Dia Biológico em 23 de setembro de 2021, e o CESE adotou recentemente os Pareceres – Plano de ação para o desenvolvimento da produção biológica e Rumo a uma cadeia de abastecimento alimentar justa.

Estão a surgir grandes oportunidades para os responsáveis políticos realizarem as transformações necessárias. Estamos num momento decisivo para a aplicação de uma política alimentar global.

Aumentar a superfície de terras agrícolas da UE dedicada à agricultura biológica de 8,5% para 25%: um objetivo ambicioso

No quadro do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão estabeleceu um objetivo para a produção biológica na UE, através da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade: dedicar pelo menos 25% das terras agrícolas da UE à agricultura biológica até 2030.

«A agricultura biológica tem um papel a desempenhar na consecução dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Será fundamental adotar uma abordagem orientada para o mercado a fim de reforçar a procura e a confiança dos consumidores nos produtos biológicos», afirmou Andreas Thurner, relator do parecer do CESE sobre a produção biológica.

No entanto, o CESE frisa a necessidade de se dispor de recursos financeiros suficientes para assegurar que todos os cidadãos da UE usufruam dos benefícios desta importante conversão para a agricultura biológica. (mr)



Taxonomia do financiamento sustentável: um instrumento fundamental para apoiar investimentos ecológicos e prevenir as alterações climáticas

A UE necessita de medidas eficientes e urgentes para reduzir as emissões e enfrentar as alterações climáticas. Para o efeito, o pacote Financiamento Sustentável apresentado pela Comissão Europeia tem potencial para criar um quadro claro, coerente e abrangente, permitindo o desenvolvimento de uma economia mais verde, sem efeitos de dependência.

No parecer elaborado por **Stefan Back** e adotado na reunião plenária de setembro, o CESE apoia plenamente as medidas da Comissão destinadas a definir as normas para a definição de «atividades económicas sustentáveis», mas salienta que alguns dos elementos poderão revelar-se um desafio complexo

e oneroso, principalmente para as PME.

O CESE afirma que importa definir claramente os investimentos ecológicos que contribuem diretamente para os objetivos climáticos da Europa e pelos quais se podem alinhar as práticas dos setores comerciais em causa e do setor financeiro. O estabelecimento de normas que divergem dos requisitos máximos da legislação da UE pode criar confusão, pelo que o CESE recomenda o reforço desses requisitos.

«O pacote de medidas da Comissão visa permitir que os investidores reorientem os investimentos para tecnologias e empresas mais sustentáveis. Precisamos de instrumentos eficientes, facilmente aplicáveis, inovadores e produtivos que gerem resultados rápidos e claros. A avaliação do Regulamento Delegado Taxonomia Climática deve ser efetuada neste espírito, frisou **Stefan Back**. (mp)



8.º Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais deixa claro que o lugar dos Balcãs Ocidentais é na UE

O Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais, organizado pelo CESE em Escópia, de 30 de setembro a 1 de outubro, destacou o ponto da situação dos países da região relativamente às perspetivas claras de adesão à UE e a participação ativa da sociedade civil neste esforço.

O fórum, organizado pelo Comité Económico e Social Europeu em colaboração com a Comissão Europeia e o Conselho de Cooperação Regional, realizou-se num momento oportuno, alguns dias antes da Cimeira UE-Balcãs Ocidentais que teve lugar em Brdo, sob a Presidência eslovena.

O primeiro-ministro da República da Macedónia do Norte, **Zoran Zaev**, afirmou: «O reforço do processo de adesão – uma perspetiva credível de adesão à UE para os Balcãs Ocidentais – constitui o tema certo no momento certo, devido ao bloqueio imposto ao alargamento.»

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, exprimiu o apoio claro do Comité ao alargamento da UE aos países da região.
«Acredito firmemente que o lugar dos Balcãs Ocidentais é na UE. Também não podemos esquecer que qualquer debate sobre o alargamento é implicitamente um debate sobre o futuro da Europa, e que a sociedade civil, tanto da região como da UE, deve participar plenamente no processo.»

Olivér Várhelyi, comissário da Vizinhança e Alargamento, observou: «O caminho para a UE é longo, complexo e cheio de desafios. Mas aqueles que se dedicam verdadeiramente conseguem percorrê-lo. E, para mim, não há dúvidas: o futuro dos Balcãs Ocidentais é a União Europeia.»

Na mesma linha, **Gašper Dovžan**, secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Eslovénia, afirmou que o alargamento constitui uma etapa lógica e um processo mutuamente benéfico que exige ambição e resiliência.

A participação ativa da sociedade civil é fundamental no processo de adesão

Biljana Spasovska, da Rede para o Desenvolvimento da Sociedade Civil dos Balcãs, manifestou a sua preocupação face à redução do espaço e do financiamento da sociedade civil, assinalando que as liberdades fundamentais tinham sido postas em causa, em particular durante a pandemia.

Os participantes no fórum frisaram a importância de garantir a liberdade de associação e de assegurar um espaço cívico propício.

Foram também debatidas as orientações para a execução da Agenda Verde e do Plano Económico e de Investimento. No entanto, o êxito destas iniciativas dependerá da inclusão significativa e da participação ativa da sociedade civil na elaboração de políticas.

É necessário rever o financiamento público das organizações da sociedade civil em todos os países da região e a sociedade civil deve ser independente e livre de influências políticas.

A declaração final do 8.º Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais encontra-se disponível aqui. (at)



CESE adere à Aliança Europeia das Matérias-Primas

Em 1 de outubro de 2021, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) iniciou a sua participação oficial na Aliança Europeia das Matérias-Primas. Lançada em 29 de setembro de 2020 pela Comissão Europeia, a Aliança Europeia das Matérias-Primas visa promover a resiliência e a autonomia estratégica no aprovisionamento de matérias-primas críticas para a indústria e a sociedade da UE. Atualmente, a Aliança é composta por mais de 500 membros da UE e não só.

À luz do trabalho realizado pelo CESE para a elaboração do Parecer CCMI/177, a Aliança solicitou a sua participação oficial, na qualidade de observador. A Mesa do CESE designou **Andrés Barceló Delgado** (ES-I) como observador do CESE na Aliança, tendo em conta o seu trabalho no âmbito de vários pareceres do CESE relacionados com o tema das matérias-primas. O contributo de Andrés Barceló Delgado será apoiado e coordenado juntamente com **Norbert Kluge** (DE-II) e **Kestutis Kupsys** (LT-III).



Correr juntos por uma Europa melhor

Este ano, a 41.ª edição da Corrida dos 20 km de Bruxelas, decorreu no dia 12 de setembro. A corrida foi dedicada a duas campanhas: a primeira visa promover a Conferência sobre o Futuro da Europa, cujo lema é «O futuro está nas nossas mãos», e a segunda tem por finalidade apoiar medidas contra o cancro e angariar 10 000 euros para combater o cancro e apoiar a investigação. Nesta campanha, 10 euros de cada taxa de inscrição foram enviados diretamente para TELEVIE, um evento de beneficência organizado na Bélgica francófona e no Luxemburgo pela RTL-TVI, desde 1989, para angariar fundos para a investigação científica do cancro em crianças e adultos.

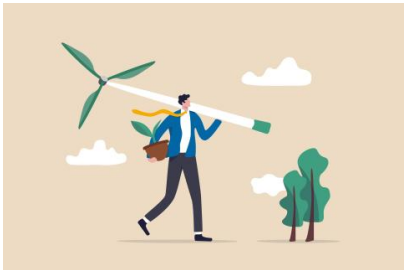
Mais de 22 000 corredores e corredoras de mais de 100 nacionalidades, bem como pessoas a pé, ciclistas a empurrar a sua bicicleta e pessoas em cadeira de rodas juntaram-se para caminhar ou correr pelas ruas de Bruxelas. Mais de 800 colegas das instituições europeias participaram na corrida com uma camisola onde se podia ler «Running for Europe» [correr pela Europa].

Este ano, o vencedor foi Amaury Paquet de Liège, Bélgica, que terminou a corrida em 59 minutos e 31 segundos, o terceiro melhor tempo da história deste evento. Na corrida feminina, Florence De Cock, também de Liège, cruzou a meta com o tempo de 1 hora, 9 minutos e 50 segundos.

O CESE foi representado pelo seu vice-presidente, **Cillian Lohan**, que, juntamente com **Stefaan De Rynck**, chefe da representação da Comissão Europeia na Bélgica, deu o sinal de partida da corrida. Os corredores e as corredoras foram também saudados por **Jaume Duch**, diretor-geral para a Comunicação no Parlamento Europeu, e pela **rainha Matilda da Bélgica**, que também participou na corrida.

A próxima Corrida dos 20 km de Bruxelas realizar-se-á no dia 29 de maio de 2022. (ehp)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Empregadores europeus questionam aspetos práticos do pacote Objetivo 55

Por Arnold Puech d'Alissac, Grupo dos Empregadores do CESE

Algumas semanas após a apresentação das propostas legislativas para o pacote Objetivo 55 – o conjunto de medidas associadas ao Fundo de Recuperação através do qual a Comissão Europeia propõe atingir o objetivo de redução das emissões de CO_2 em 55% até 2030 – os empregadores europeus, que atualmente

analisam as medidas anunciadas, apoiam plenamente a orientação seguida, mas questionam muitos aspetos práticos.

A indústria europeia já está na vanguarda dos investimentos na eficiência energética, nas energias renováveis, no hidrogénio e na captura e armazenamento de CO_2. Por este motivo, é essencial evitar a todo o custo uma abordagem ideológica, que tem sido amiúde adotada de forma bipartidária no que diz respeito às questões climáticas e energéticas relacionadas com o Pacto Ecológico e corre o risco de prejudicar irreversivelmente setores de produção inteiros, ameaçando seriamente o emprego e a sociedade e comprometendo, eventualmente, a recuperação económica.

Note-se, em especial, que, de acordo com algumas estimativas, o objetivo de 55% poderá acarretar investimentos superiores a 3,5 biliões de euros até 2030, enquanto os recursos públicos disponíveis são inferiores a 1 bilião de euros, ou seja, menos de um terço do montante necessário.

Importa compreender que a indústria europeia, com a sua inovação tecnológica em produtos e processos de produção, é a solução e não o obstáculo à consecução dos objetivos de descarbonização. Os programas nacionais de reformas não dispõem de fundos suficientes para a transformação ecológica do setor industrial.

Assim, é fundamental agir estabelecendo um quadro regulamentar harmonizado e flexível para alcançar um mercado da energia verdadeiramente integrado, assegurando condições de concorrência equitativas em relação aos países que não partilham os objetivos climáticos da Comissão, em particular nos setores com elevada intensidade carbónica, e aplicando políticas de investimento e inovação para tornar os ecossistemas industriais europeus mais resilientes e dinâmicos do ponto de vista tecnológico.

Pode ler o artigo completo no endereço seguinte: europa.eu/!QC7Fpd.



O que pensam os trabalhadores do discurso sobre o estado da União de 2021

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

O discurso sobre o estado da União de 2021 peca por não ser suficientemente ambicioso e claro, ainda que indique praticamente todos os principais desafios com que a Europa se depara.

Não há dúvida de que as reformas estruturais são importantes, mas o plano de recuperação e reconstrução apresentado no documento de posição do Grupo dos Trabalhadores e o contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022 devem centrar-se no combate às desigualdades, na erradicação da pobreza e na recuperação dos postos de trabalho perdidos, prestando especial atenção aos grupos vulneráveis e ao aumento do número de trabalhadores em situação de pobreza.

O discurso não incidiu na questão de fomentar a aplicação do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e de conferir maior proteção aos trabalhadores das plataformas. Apenas na carta de intenções se faz uma brevíssima referência à justiça social e à equidade, com propostas que praticamente

se limitam à aplicação dos acordos da OCDE em matéria de tributação.

Estes acordos são bem-vindos, mas a União Europeia deve assumir a liderança neste domínio. Se é certo que alguns Estados-Membros tentarão resistir à luta contra a elisão fiscal, também é certo que nada será conseguido se o executivo não demonstrar coragem política.

As notícias sobre a proibição do trabalho forçado são louváveis. Tal deve estar associado ao dever de diligência e à garantia dos direitos humanos em todo o mundo, sendo necessário apresentar propostas adicionais para combater o trabalho precário e os estágios não remunerados. É urgente adotar medidas de resposta às alterações climáticas, mas também medidas sociais que as acompanhem: se não quisermos manifestações de «*coletes amarelos*» em toda a UE, temos de resolver, de forma decisiva, o problema da pobreza energética e adotar medidas de financiamento e regulação suficientes e eficazes.

O caminho é longo e não podemos ficar parados enquanto milhões de europeus não conseguem aquecer a sua casa no inverno, enquanto a negociação coletiva perde terreno, enquanto algumas empresas de grande dimensão fogem ao fisco e enquanto os combustíveis fósseis continuam a ser subsidiados. Não podemos ficar de braços cruzados quando mais de metade da população do mundo ainda não foi vacinada. A solidariedade tem de ser o nosso princípio orientador para garantir um futuro mais justo para todos. (pr)



Responder à urgência das alterações climáticas: não há por onde escapar

Declaração do Grupo Diversidade Europa

«É inquestionável que as atividades humanas levaram ao aquecimento da atmosfera, dos oceanos e dos continentes. As alterações climáticas já afetam todas as regiões habitadas do mundo, tendo a atividade humana contribuído para muitas das alterações observadas nos fenómenos climáticos e meteorológicos extremos» (Sexto Relatório de Avaliação do PIAC, agosto de 2021).

As alterações climáticas já são uma realidade e não há por onde escapar. Enfrentamos regularmente cheias graves, incêndios, secas e furacões. É esta a realidade num mundo com uma temperatura média 1,1 a 1,3 ºC mais elevada do que no período anterior à Revolução Industrial. Atualmente, é impossível ignorar o impacto das alterações climáticas na nossa vida quotidiana, mas estamos longe de imaginar todas as suas consequências, mesmo cumprindo o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 ºC. O futuro do nosso planeta está seriamente ameaçado. Por isso, a nossa única alternativa é honrar as nossas promessas conjuntas.

Reduzir as emissões a um ritmo ainda mais célere não será suficiente. É também necessário investir fortemente na elaboração de planos de emergência e na adaptação às alterações climáticas. Tal implicará uma mudança de mentalidade: investir hoje para que a próxima geração colha os benefícios. Mas temos de investir, com mais recursos financeiros sustentáveis, escorados em compromissos firmes das autoridades públicas, das empresas, da sociedade civil e dos cidadãos. O Pacto Ecológico Europeu e o pacote Objetivo 55 são simultaneamente necessários e urgentes. Além disso, a UE deve...

Declaração do Grupo Diversidade Europa

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



O futuro está nas suas mãos – Com que tipo de Europa sonha?

Em 18 e 19 de novembro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizará o seu Seminário «Conectar a UE», anteriormente designado Seminário dos Meios de Comunicação da Sociedade Civil, que reúne anualmente comunicadores de organizações da sociedade civil representadas no CESE ou próximas dele. O evento terá lugar nas instalações da Fundação Gulbenkian, em Lisboa.

Sob o título «Com que tipo de Europa sonha? A sociedade civil e a Conferência sobre o Futuro da Europa», o Seminário «Conectar a UE» tratará três temas dos nove propostos para os debates com os cidadãos no âmbito da Conferência, a saber:

- Saúde;
- Uma economia mais forte, justiça social e emprego;
- Democracia europeia.

O CESE entende que estes temas são os que os europeus mais tomam a peito ou que mais os preocupam. Serão debatidos em três painéis, com oradores do meio académico, investigadores e representantes dos meios de comunicação social e de organizações não governamentais.
Através deste seminário, o CESE pretende demonstrar o seu profundo empenho na Conferência sobre o Futuro da Europa, que constitui um passo fundamental para reconquistar a confiança dos cidadãos e granjear o seu apoio à UE. Pretende igualmente que tanto os participantes que estarão em Lisboa como os que acompanharão o evento em direto, à distância, partilhem os ensinamentos do seminário com os membros das suas organizações de origem. Deste modo, o evento poderá contribuir para que mais europeus participem no debate sobre o futuro da Europa, ajudando-os a expressar ideias, desejos, preocupações e expectativas sobre a Europa que querem para si.

Mais informações sobre a edição de 2021 do Seminário «Conectar a UE» https://www.eesc.europa.eu/pt/node/93131 (II).



Canalizar recursos financeiros para investimentos ecológicos e sociais

O setor da indústria enfrentará grandes desafios em resultado das medidas da UE para combater a crise climática. Como desenvolver um financiamento sustentável que contribua para a consecução dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu garantindo, ao mesmo tempo, que a indústria europeia permanece competitiva? O CESE organiza um webinário em 18 de outubro para debater esta questão delicada.

O financiamento sustentável deve apoiar a concretização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, canalizando investimento privado para empresas e projetos que contribuem para a transição para uma economia sem impacto no clima, resiliente às alterações climáticas, eficiente em termos de recursos e justa – um desafio que tem de ser enfrentado em conjunto pelo setor financeiro, pelas empresas, pelas autoridades reguladoras e pelos cidadãos.

No webinário **«Canalizar recursos financeiros para investimentos que cumprem os critérios ambientais, sociais e de governação»**, os membros do painel e as partes interessadas externas que participam por videoconferência debaterão a melhor forma de alcançar estas sinergias e desenvolver o financiamento sustentável.

O webinário é o terceiro de uma série de eventos sobre a nova estratégia industrial da UE que o CESE tem vindo a organizar para ajudar a definir a futura política industrial da UE na sequência da crise da COVID-19. A série culminará em março de 2022 com uma grande conferência, na qual o CESE debaterá as suas conclusões com a Presidência francesa da UE e a Comissão Europeia.

Para mais informações e/ou inscrever-se no webinário consulte: hiperligação.
Poderá consultar mais informações sobre a série de webinários «O caminho para o futuro da nossa indústria» aqui.



Dimensão geopolítica do Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu terá inevitavelmente um impacto nas nossas relações externas. Em 6 de dezembro, o CESE e a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (RSDS) das Nações Unidas coorganizam uma conferência híbrida em Bruxelas que analisará a dimensão deste impacto.

O Pacto Ecológico Europeu visa descarbonizar a economia europeia e dissociar o crescimento económico da exploração dos recursos, assegurando simultaneamente que não se deixa ninguém nem nenhuma região para trás. A Europa pretende tornar-se um modelo para outros intervenientes mundiais através da transformação industrial do seu

próprio mercado.

As relações da UE com o resto do mundo serão inevitavelmente afetadas pela utilização de fontes de energia ecológicas, nomeadamente com a introdução do mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço, pelos acordos comerciais de nova geração, mais ecológicos, pela revolução que se avizinha no setor dos transportes e pelos novos desafios e oportunidades em matéria de emprego.

Oradores da UE, da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (RSDS) das Nações Unidas, do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) das Nações Unidas e de várias outras organizações governamentais e não governamentais debaterão estes avanços revolucionários nas políticas da UE.

A conferência será encerrada com as observações finais de **Christa Schweng**, presidente do CESE, **Dimitris Dimitriadis**, presidente da Secção das Relações Externas do CESE, e alguns membros destacados do CESE.

Para mais informações sobre o evento e/ou inscrever-se: https://www.eesc.europa.eu/pt/agenda/our-events/events/geopolitics-european-green-deal. (dv/dm)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Katerina Serifi (ks)
Jasmin Kloetzing (jk)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Pablo Ribera Paya (prp)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040

Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.
O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

09/2021